

RESPOSTA AO RECURSO

REGULAMENTO DA CONSULTA A COMUNIDADE PARA A ESCOLHA DO REITOR(A) E DIRETORES(AS) GERAIS DE CAMPUS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO PARA O PERÍODO DE 2018-2022.

Recorrente: Rodrigo Brito Saldanha – Impugnação do artigo 13 do regulamento eleitoral.

Decisão da Comissão

Em breve relatório, trata-se de pedido de recurso ao Regulamento Eleitoral do Ifbaiano 2018-2022 interposto pelo(a) cidadão(a) Rodrigo Brito Saldanha, pelo que se entende, requerendo a impugnação do Art. 13 do referido regulamento e, que seja garantido o direito a eleição para diretores gerais em todos os campi, mesmo os que possuam menos de cinco anos.

A Comissão decide pela tempestividade da interposição e pela resposta ao recurso.

É o breve relatório.

Passa-se à análise das razões do recurso.

Compulsando-se os autos, dos argumentos apresentados pelo(a) recorrente, constatou-se que este manifesta-se pela impugnação do Art. 13 do regulamento eleitoral em epígrafe, o qual prevê a eleição em caráter *pro tempore* nos campi em implantação. Este advoga pela eleição para diretores gerais em todos os campi, mesmo os que possuam menos de cinco anos, desde que seja identificado servidores que atendam aos requisitos previstos no § 1º do art. 13 da Lei 11.892.

Da análise dos fatos narrados e argumentos apresentados, esta comissão, alicerçada nos princípios constitucionais da autonomia universitária e gestão democrática, conforme assegura respectivamente os Artigos 206 e 207 da Constituição Federal, também em consonância com o entendimento do Ofício nº 664/2015/GAB/SETEC/MEC de 02 de julho de 2015, atendendo ao princípio da razoabilidade, aduz pela impossibilidade de exigir que os pleiteantes ao cargo de Diretor-Geral nos campi em implantação atendam aos requisitos estabelecidos pelo parágrafo primeiro do Art. 13 da Lei nº 11.892/2008 para se habilitar enquanto candidatos, uma vez que ainda não houve o decurso de cinco anos a partir da data da publicação do ato ministerial que estabeleceu o efetivo funcionamento destes campi, conforme dispõe o Art. 13 do Decreto 6.986/2009, pois de outro modo inviabilizaria que a representação democrática se concretize. Por fim, pontuamos que o artigo ao qual o recorrente impugna foi debatido à exaustão pelos membros da Comissão Eleitoral Central e do Conselho Superior e, assim como todo o Regulamento Eleitoral, foi aprovado por unanimidade por este mesmo Conselho.

Assim referido, esta Comissão decide pela total improcedência do recurso sob análise

Sem mais.

Salvador-BA, em 06 de novembro de 2017



Diego Barreto Reis
Presidente da Comissão Eleitoral Central